



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
Cidade Símbolo de Integração Brasileira com os países do MERCOSUL  
Lei Federal nº 12.095 de 19 de dezembro de 2009  
**Secretaria Municipal de Administração**

PMSAOFNº362/2020


Sant'Ana do Livramento, Em 04 de dezembro de 2020.

Senhor Presidente:

Apraz- nos cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, encaminhar, em atenção ao Ofício nº 291/2020/CM-FC, fotocópia do Parecer nº 987/2020 da Procuradoria Jurídica Municipal, conforme solicitado.

Sendo o que tínhamos para o presente, aproveitamos a oportunidade para manifestar protestos de consideração e apreço.



  
**SOLIMAR CHAROPEN GONÇALVES**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

**Ver. Romário Augusto Gonçalves Paz**  
M.D Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
Sant'Ana do Livramento – RS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER n.º 987/2020

Versa o presente de consulta formulada pela Secretaria Geral de Governo, sobre a legalidade de emendas modificativas ao Projeto de Lei Ordinária n.º 75/20202- LDO –Lei de Diretrizes Orçamentaria.

Os questionamentos sobre a legalidade, consistem no fato de que todas as emendas modificativas, **utilizaram recursos destinados à Reserva de Contingência**, impossibilitando que seu saldo fique dentro do limite legal de 1% da RCC –Receita Líquida Corrente.

É o relatório.

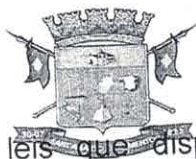
As emendas em comento, no caso as emendas modificativas n.º 21/2020, n.º 22/2020, 24/2020, 25/2020, 26/2020 e 27/2020, devem ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, pela razão de que todas utilizaram de recursos da reserva de contingência.

Antes de se adentrar no risco de se reduzir a reserva de contingência em tempos de pandemia, com a segunda onda atingindo o hemisfério norte, com sérios reflexos sobre a economia mundial, brasileira e deste Município, em especial, com a queda arrecadação, se ressalta, que a iniciativa de se utilizar de recursos da reserva de contingência para cobrir os custos de emendas modificativas à LDO, é inconstitucional, portanto, inorgânica.

Afirma-se, inconstitucional, pela razão de que nossa Carta Magna estatui ser de iniciativa reservada do Presidente da República as

Emenda 24 do executivo, etc.  
inf. a Câmara em 17/10/20

EXP. of. Veto às emendas  
nº 344/20 - env. à Câmara  
em 13/11/20



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

leis que disponham das diretrizes orçamentárias, nos exatos termos do estabelecido no inciso II do art. 165 da Constituição Federal.

Verdade que o Legislativo tem o poder de apresentar emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária, todavia, como todo e qualquer dever, não pode servir de abuso e ao desvio de finalidade, sendo que a emenda é um direito de iniciativa secundário.

Até porquê, as hipóteses previstas na Constituição Federal de iniciativa reservada do Presidente da República devem ser observadas em âmbito estadual, distrital e municipal, por toda a relação de compatibilidade vertical (simetria), da separação dos poderes.

Assim, tal preceito trata de norma de reprodução obrigatória, ou seja, a norma da Carta Federal deve ser observado pelos Estados e Municípios, sendo que na Lei Orgânica Municipal, a iniciativa do Prefeito Municipal vem prevista no art. 102, inc. II.

Por outro lado, o § 2º do art. 165 da Constituição Federal estabelece que a Lei de Diretrizes Orçamentária compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

No mesmo sentido, o § 1º do artigo 120 da Lei Orgânica Municipal – LOM.

De mais a mais, vale ressaltar, que a LDO é uma norma geral que tem por escopo, como deixa claro o artigo 4º da LRF, fixar metas e prioridades da administração; fixar a estrutura e organização dos orçamentos; fixar diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Por tais razões, a redução dos valores destinados a reserva de contingência ofende norma que é da essência da LDO, sendo, portanto, contrária ao interesse público, visto que, impede a adequada previsão

de aplicação dos recursos e fixação das regras necessárias para a elaboração da Lei Orçamentária.

Cumpre ressaltar, o fato de que a RESERVA DE CONTINGÊNCIA é um instrumento de prudência fiscal que pressupõe o emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, como a que atualmente estamos vivendo.

Dessa forma, a reserva de contingência visa assegurar que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados, atribuindo-se maior confiabilidade ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais.

Essa é principal razão para a LRF (lei de responsabilidade fiscal) prever o anexo de riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas, informado as providências a serem tomadas caso se concretizem.

Em realidade, a Reserva de Contingência é uma dotação alocada no orçamento destinada a atender aquelas obrigações imprevistas ou risco que podem estar ou já estão influenciando a execução de uma ação qualquer que o governo tenha planejado para o período. Logo, tem por meta atender, além da abertura de créditos adicionais, perdas que, conquanto sejam previsíveis, são episódicas, contingentes ou eventuais.

Como se vê, além de ser contra o interesse público, a redução, ainda mais, no atual momento histórico, a reserva de contingência



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO LIVRAMENTO  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

para menos de 1% da RCC, tem de ressaltar que é inconstitucional e inorgânico, como acima demonstrado.

Isto posto, firmo o entendimento que devem ser vetadas as emendas modificativas n.º 21/2020, n.º 22/2020, 24/2020, 25/2020, 26/2020 e 27/2020.

É o parecer.

Santana do Livramento, 10 de novembro de 2020

CARLOS EDUARDO BRAVO CASSALES

Procurador Geral do Município

OAB/RS n.º 13.230